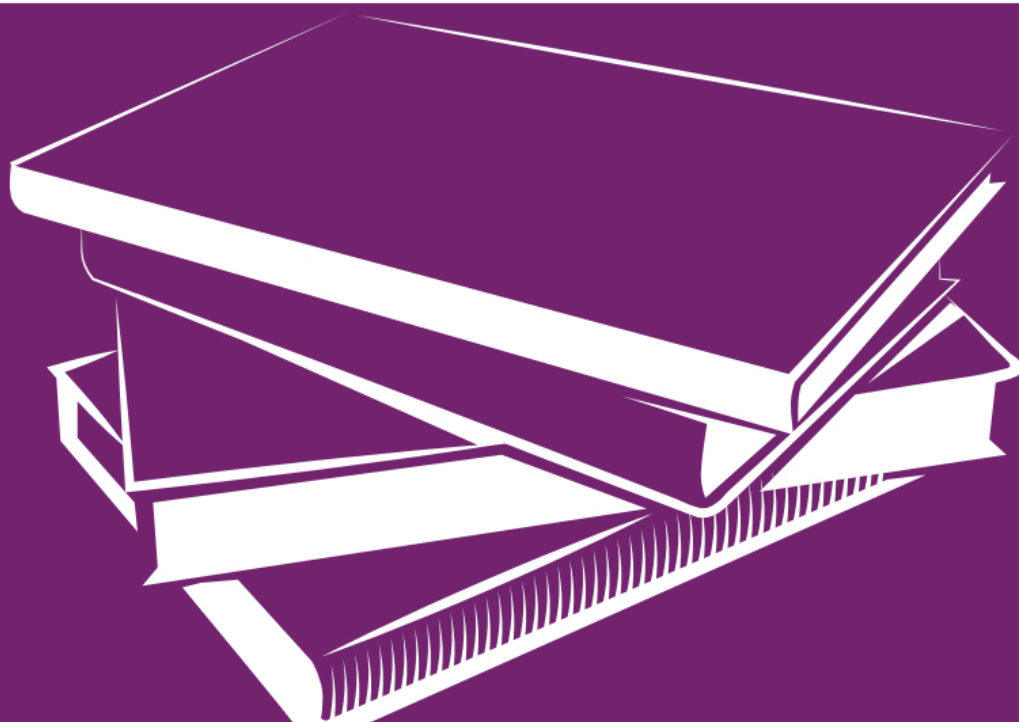




# ProPGPq

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

## Deficiência Intelectual: orientações sobre ajustes específicos para estudantes



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

1933

Machado, Márcia Di Santo de Melo; Molinari, Giovanna Lima; Sacaloski, Marisa Coordenadoria de Integração Acadêmica da Pró-reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo. Cartilha sobre Deficiência Intelectual: orientação sobre ajustes específicos para estudantes. / Pró-reitoria de Pós graduação e Pesquisa da Unifesp - São Paulo, 2023. Universidade Federal de São Paulo. 1.deficiência intelectual. 2. Educação inclusiva 3. Educação.

<b>1. Deficiência Intelectual</b>	<b>4</b>
<b>2. Legislação</b>	<b>6</b>
<b>3. Ajustes para o Ensino Superior e Pós-Graduação</b>	<b>8</b>
<b>a. Estimular as potencialidades</b>	<b>8</b>
<b>b. Ajustes no Projeto Pedagógico e Organização Escolar</b>	<b>8</b>
<b>c. Instrução e Comunicação</b>	<b>9</b>
<b>d. Tarefas acadêmicas e Avaliações</b>	<b>9</b>
<b>e. Desenvolvimento Individual</b>	<b>10</b>
<b>f. Desenvolvimento de Habilidades</b>	<b>10</b>
<b>4. E na hora de escrever o TCC, dissertação ou artigo?</b>	<b>11</b>
<b>5. Referências</b>	<b>13</b>
<b>6. Sugestões de leitura</b>	<b>14</b>
<b>7. Sobre as autoras</b>	<b>15</b>

**Reitora**

Profa. Dra Raiane Patrícia Severino Assumpção

**Vice-Reitora**

Profa. Dra. Lia Rita Azeredo Bittencourt

**Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa**

Prof. Dr. Fernando Atique

**Pró-Reitora Adjunta de Pós-Graduação e Pesquisa**

Profa. Dra. Suzan Pantaroto de Vasconcellos

**Coordenadora de Integração Acadêmica**

Profa. Dra. Marisa Sacaloski

## 1. Deficiência Intelectual

Márcia Di Santo de Melo Machado\*  
Giovanna Lima Molinari\*  
Marisa Sacaloski\*  
\*Unifesp

A Deficiência Intelectual ou Transtorno do Desenvolvimento Intelectual é um transtorno com início no período do desenvolvimento e inclui déficits funcionais, intelectuais e adaptativos (DSM 5, 2014).

Os déficits intelectuais abrangem funções como solução de problemas, raciocínio, pensamento abstrato, planejamento, juízo e aprendizagem. Já os déficits adaptativos envolvem os domínios conceitual, social e prático, relativos à independência e à responsabilidade social, envolvendo atividades comunitárias, sociais, habilidades acadêmicas e de vida diária.

Os níveis de deficiência intelectual são classificados em graus: leve, moderado, grave e profundo. Estes níveis são definidos com base no comportamento adaptativo e descritos nos domínios conceitual, social e prático, com indicadores do nível de apoio requerido pela pessoa em cada situação. Do ponto de vista da vida diária e prática também há uma definição do nível de suporte que cada pessoa precisa. Há quatro níveis de suporte/apoio para as pessoas com deficiência intelectual: apoio intermitente, apoio limitado, apoio amplo e apoio permanente.

O apoio intermitente é oferecido de acordo com as necessidades das pessoas e se faz necessário por períodos curtos durante transições ao longo da vida, como por exemplo, ao perder o emprego. Este apoio pode ser de alta ou baixa intensidade. O suporte limitado é caracterizado por sua consistência ao longo do tempo, como por exemplo, apoio na transição da vida escolar para a vida adulta, ou ainda, treinamento para o emprego no mercado de trabalho por um tempo limitado. O suporte amplo é caracterizado pelo apoio regular nas atividades de vida diária, em pelo menos alguns ambientes (na escola, no trabalho) e não por tempo limitado. Já o suporte permanente é caracterizado por ser constante e de alta intensidade é oferecido nos ambientes onde a pessoa vive (ALMEIDA, 2012).

A deficiência intelectual tem uma prevalência geral na população como um todo de cerca de 1%, com variações em decorrência da idade. A prevalência de deficiência intelectual grave é de cerca de 6 por 1.000 (DSM 5, 2014).

Estudantes com deficiência intelectual podem apresentar dificuldades em construir o conhecimento e também em mostrar suas capacidades, por características no funcionamento intelectual e do comportamento adaptativo, expresso nas habilidades conceituais, sociais e práticas.

Para que o aluno com deficiência intelectual se beneficie do ensino regular, ele precisa estar verdadeiramente incluído. É necessário que o professor, como mediador da aprendizagem na prática educacional, seja flexível, analisando e revisando seu plano de ensino, e sempre que necessário, fazer ajustes, visando o desenvolvimento dos (as) estudantes em todos os aspectos.

Algumas estratégias que podem ser utilizadas pelo professor em sala de aula são: estabelecer objetivos, conteúdos, metodologias, avaliação e temporalidade de acordo com a necessidade do(a) aluno(a); dividir as instruções em etapas e sempre apresentá-las de modo atento ao(à) aluno(a); repetir instruções/atividades em

situações variadas, de forma diversificada e respeitar o ritmo de aprendizagem, oferecendo desafios constantes.

O censo da educação brasileira de 2022 (BRASIL, 2023) revelou que há quase um milhão de alunos com deficiência intelectual na Educação Básica (914.417), sendo esta a mais prevalente entre os alunos, seguida pelo autismo (429.521) e pela deficiência física (158.371) .

Com o número crescente de matrículas destes(as) estudantes na Educação Básica, é necessário organizar o Ensino Superior e a Pós-graduação para que se garanta acesso e permanência na universidade. Um dos caminhos para melhorar essas condições é a formação docente. Este ebook tem por objetivo fornecer informações gerais à comunidade acadêmica sobre os ajustes necessários para estudantes com deficiência intelectual no Ensino Superior e na Pós-graduação.

## 2. Legislação

A Constituição Federal (CF) de 1988, no artigo 6º, garante o direito à: educação, saúde, trabalho, transporte, alimentação, moradia, lazer, segurança e previdência social. Estes direitos fundamentais são essenciais para o exercício da cidadania.

O artigo 205º estabelece que a educação, que visa o pleno desenvolvimento humano, é dever do Estado e da família.

No entanto, a educação inclusiva só se concretiza, na medida em que as instituições de ensino cumprem o que é preconizado no Artigo 206º da Constituição Federal (1988), ou seja, com:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V - Valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;
- VI - Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VII - Garantia de padrão de qualidade.

No artigo 208º é garantido o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Tal atendimento estende-se às pessoas com deficiência auditiva, visual, intelectual, física, múltipla, superdotação/altas habilidades e com transtornos do espectro autista.

A Lei Brasileira de Inclusão, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em seu artigo 3º, define:

I - acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IV - barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;

d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias;

V - comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações;

VI - adaptações razoáveis: adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais.

Com relação à igualdade e não discriminação, no Art. 4º, a mesma lei prevê que:

Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

§ 2º A pessoa com deficiência não está obrigada à fruição de benefícios decorrentes de ação afirmativa.

Art. 5º A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante.



### 3. Ajustes para o Ensino Superior e Pós-Graduação

Para minimizar ou dirimir as barreiras presentes no Ensino Superior e na pós-graduação é imprescindível que sua família, colegas e professores atuem de forma colaborativa, adotando ações apropriadas. Além disso, grupos de apoio, tutoria, monitoria e atividades extracurriculares têm papel fundamental. Outros serviços, como: o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, Núcleo de Apoio Estudantil e Núcleo de Apoio Pedagógico (quando houver) podem auxiliar na organização de estudos e de demandas para que estudantes possam se organizar de maneira mais produtiva, minimizando o estresse gerado por tarefas acumuladas.

Vale salientar que se trata de um(a) adulto(o), que já vem de uma longa experiência acadêmica e que sabe o que funciona para ele(a). Por isso, conversar com cada estudante é sempre o melhor começo e credibilizar suas demandas é essencial.

#### a. Estimular as Potencialidades

- ❖ Reconhecer e valorizar as habilidades e conhecimentos que cada estudante traz consigo para o ambiente de aprendizado e aproveitá-los no processo de ensino aprendizagem
- ❖ Encoraje o trabalho em equipe e a cooperação entre estudantes.
- ❖ Evite comparações entre estudantes, já que cada um(a) é único(a) em suas habilidades e dificuldades. Isso contribui para um ambiente de aprendizado mais inclusivo.

#### b. Ajustes no Projeto Pedagógico e Organização Escolar

- ❖ Planeje a metodologia de ensino com recursos diversificados para ensinar e atender às diferentes necessidades dos(as) estudantes: vídeos, experiências práticas, exemplificação a partir do contexto de vida dos(as) estudantes é sempre útil.
- ❖ Direcionar a organização escolar e os serviços de apoio para proporcionar condições estruturais favoráveis, tanto em sala de aula quanto de maneira individual, quando necessário.
- ❖ Promover atividades em duplas e grupos para incentivar o desenvolvimento de habilidades sociais, assegurando que os(as) estudantes sejam devidamente apoiados(as) e incluídos(as) em todas as atividades.
- ❖ Utilizar recursos visuais como fotos, murais e tecnologia assistiva (produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias práticas e serviços) que atendam às necessidades específicas de estudantes com deficiência intelectual.

### **c. Instrução e Comunicação**

- ❖ Para facilitar a compreensão de estudantes com deficiência intelectual, utilize uma comunicação oral clara e complemente com recursos visuais e auditivos.
- ❖ Escolha palavras que sejam fáceis de entender e explique as coisas de forma simples (didática) para que todos(as) possam compreender.
- ❖ Procure dar ordens simples e, sempre que possível, registre as etapas a serem cumpridas por escrito ou em áudio e vídeo.
- ❖ Permita que o(a) estudante grave as aulas ou orientações, isso permite que ele(a) possa revisar o conteúdo quando for necessário.
- ❖ Fique atento: veja se o(a) estudante compreendeu a instrução dada. Você pode combinar com ele(a) um sinal que indique que ele(a) compreendeu ou que precisa de nova explicação.
- ❖ Faça os combinados em momentos individuais, não exponha o(a) estudante.

### **d. Tarefas acadêmicas e Avaliações**

- ❖ Separe as tarefas em etapas e forneça orientação minuciosa à medida que o(a) estudante progride.
- ❖ Sempre que possível, dê um retorno imediato da tarefa realizada para que o(a) estudante compreenda o que acertou e o que errou e refaça quando for preciso.
- ❖ Prefira utilizar textos menores em trabalhos e avaliações, isso facilitará o entendimento.
- ❖ Para auxiliar o (a) estudante a melhorar seu desempenho acadêmico, divida o texto em partes menores e transforme cada trecho em uma pergunta. Isso facilitará a leitura fluida e a memorização eficaz. Incentive-o (a) a fazer pequenas sínteses de cada parágrafo lido, com duas ou três palavras.
- ❖ Insira um glossário em textos e frases, como uma estratégia para auxiliar o(a) estudante na compreensão das palavras.
- ❖ O professor pode adotar estratégias de metodologias ativas e também fazer a entrega de materiais de estudo e disponibilização de slides antes das aulas, o que possibilita ao(a) estudante tempo para revisar o conteúdo, preparar dúvidas e participar ativamente das discussões em sala.
- ❖ Ofereça textos básicos que ajudarão o(a) estudante a compreender textos mais complexos.

### **e. Desenvolvimento Individual**

- ❖ Elabore estratégias de desenvolvimento individual que levem em consideração os interesses, preferências, capacidades e dificuldades relatadas pelos (as) estudantes em seus conteúdos acadêmicos e na vida social.

### **f. Desenvolvimento Individual**

- ❖ Priorize o desenvolvimento de habilidades essenciais para a autonomia nas atividades diárias, como conceitos básicos de cálculo, leitura, uso do dinheiro e habilidades sociais e profissionais.

## 4. E na hora de escrever o TCC, dissertação, tese ou artigo?

A escrita científica tem um formato diferente daquela à qual o(a) estudante está habituado(a), por isso, é preciso realizar uma orientação detalhada.

- ❖ Explique cada etapa da construção do projeto e indique um bom manual de metodologia científica.
- ❖ Você pode contar com um(a) monitor(a) que ajude na leitura e fichamento dos textos.
- ❖ Faça com o(a) estudante uma lista de palavras que vão ajudá-la a redigir o texto (ex: afirma, menciona, relata, explica...) para que ele(a) possa ampliar seu repertório.
- ❖ Corrija o texto à medida que o(a) aluno(a) for produzindo e compreendendo o que é escrever de forma científica. Muito trabalho acumulado pode gerar ansiedade e estresse tanto para o aluno como para o orientador.
- ❖ Tenha paciência durante a correção e certifique-se que o (a) estudante compreendeu todas as correções.
- ❖ Ensine o(a) estudante a registrar as versões do texto ou utilize o google docs para compartilhar a correção. Faça marcações com legendas claras, marcando, por exemplo, em amarelo, trechos que precisam ser refeitos. Oriente o (a) estudante a fazer uma pasta com as correções.
- ❖ Para apresentações em congressos ou na defesa do trabalho, explique como os slides devem ser feitos, mostre exemplos, corrija-os e oriente o (a) estudante sobre como ele deve fazer para ensaiar a apresentação (o registro nas anotações do *power point* é bastante útil).
- ❖ Incentive o (a) estudante a participar de algumas bancas como ouvinte, isso ajudará na ambientação e fará com que ele (a) se familiarize com o procedimento.
- ❖ Faça um treino da apresentação uma semana antes, dê dicas para melhorar a apresentação e dê o feedback positivo também.
- ❖ Explique como será a sessão de apresentação ou de defesa e tire as dúvidas do(a) estudante. Isso fará com que ele(a) se sinta mais seguro(a).

Pode-se destacar que o estudante com deficiência intelectual que alcançou o Ensino Superior e a Pós-graduação precisa ser incluído socialmente. Portanto, é importante que todos estejam cientes das barreiras sociais, como a aceitação pelo grupo e até mesmo bullying e incentivem a interação e inclusão junto aos (às) colegas. Além disso, é essencial combater o bullying de forma eficaz, envolvendo toda a comunidade escolar na promoção de uma cultura inclusiva.

Há inúmeros obstáculos a serem dirimidos, mas a conscientização de que eles existem, é o primeiro passo para eliminá-los. Só assim, estudantes com deficiência intelectual poderão ter oportunidades para aproveitar ao máximo seu potencial. A educação inclusiva é uma responsabilidade de todos(as).

## 5. Referências

ALMEIDA, M. A. (Org.). Deficiência intelectual: realidade e ação. Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado –CAPE. São Paulo: SE, 2012.

ARRUDA, M. A.; ALMEIDA, M. de. Cartilha da inclusão escolar: Inclusão Baseada em Evidências Científicas. Rio Preto: ABDA, 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2023.

BRASIL. Lei no. 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm) Acesso em: 31 de outubro de 2023.

BRASIL Congresso Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília-Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

CARVALHO, E. N. S. DE. DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: CONHECER PARA INTERVIR. Pedagogia em Ação, v. 8, n. 2, 14 set. 2016.

Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM 5, 2014) - Linha do Tempo. Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/uploads/linha%20do%20tempo%20DSM/linha.html>

MARQUES, H. R. et al. Inovação no ensino: uma revisão sistemática das metodologias ativas de ensino-aprendizagem. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v.26, n.3, p.718-741, set. 2021,

Ministério da Saúde. Saúde da pessoa com deficiência - Tecnologia Assistiva. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia/faq/o-que-e-tecnologia-assistiva>. Acesso em: 03 de novembro de 2023.

SILVÉRIO, M.; APRIGIO, A. O ensino do aluno com deficiência intelectual RESUMOCient. Inov. Tecnol, Medianeira. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://periodicos.utfr.edu.br/recit/article/viewFile/5091/pdf#:~:text=O%20aluno%20com%20defici%C3%Aancia%20intelectual%20apresenta%20dificuldades%20em%20construir%20o>>. Acesso em: 5 nov. 2023.

## 6. Sugestões de Leitura

<https://www.scielo.br/j/rbee/a/p4ZnS49RmLfzqjZFrBLFxxQ/abstract/?format=html&lang=pt&stop=previous>

<https://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/12845/10035>

## 7. Sobre as autoras

**Márcia Di Santo de Melo Machado**

Pedagoga e Psicopedagoga, doutora em Ciências pela Unifesp.

**Giovanna Lima Molinari**

Fonoaudióloga, especialista em Fonoaudiologia Educacional, Mestre em Distúrbios da Comunicação Humana Campo Fonoaudiológico e doutoranda em Ciências pela Unifesp.

**Marisa Sacaloski**

Fonoaudióloga e Pedagoga, Especialista em Fonoaudiologia Educacional, doutora em Ciências pela Unifesp, Docente do Departamento de Fonoaudiologia da Unifesp, Coordenadora de Integração Acadêmica da ProPGPq da Unifesp